# **DESERÇÃO**

### ESTRUTURA PADRÃO - Resumo dos fatos...

Após, os autos foram remetidos a esta **Procuradoria de Justiça Especializada** na **Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística** para apresentação do parecer. É o que merecia registro. Passa-se a analisar de forma objetiva e fundamentada as teses apresentadas no recurso.

INTEMPESTIVIDADE RECURSAL. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO

## 1. Agravo de Instrumento ou Apelação Civil

**Fato:** No caso concreto, a parte recorrente foi intimada da decisão <u>agravada (ou apelada)</u> em [INSERIR DATA] (id XXXXX), iniciando-se, assim, o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a interposição do recurso, nos termos do art. 1.003, §5°, c/c art. 1.015 do CPC. No entanto, foi protocolado apenas em [INSERIR DATA], evidenciando-se o decurso do prazo legal e, portanto, a intempestividade.

## 2. Agravo Interno (CPC)

**Fato:** No caso concreto, a parte recorrente foi intimada da decisão monocrática Justiça em [INSERIR DATA] (id XXXXX), sendo o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a interposição do agravo interno, nos termos do art. 1.021, §1º, do CPC. Entretanto, a petição recursal foi apresentada somente em [INSERIR DATA], ou seja, fora do prazo legal, configurando-se a sua manifesta intempestividade.

#### 3. Embargos de Declaração

**Fato:** No caso concreto, a parte embargante foi intimada da decisão em [INSERIR DATA] (id XXXXX), fixando-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oposição dos embargos de declaração, conforme previsto no art. 1.023, caput,

do CPC Todavia, o recurso foi protocolado em [INSERIR DATA], excedendo o prazo legal e evidenciando a sua intempestividade.

#### 4. Apelação Criminal (CPP)

**Fato:** No caso concreto, a parte recorrente foi intimada da decisão em [INSERIR DATA] (id XXXXX). O prazo legal de 5 (cinco) dias corridos para apelar, nos termos do art. 593, caput, do Código de Processo Penal, escoou em [DATA]. O recurso foi apresentado apenas em [INSERIR DATA], caracterizando sua manifesta intempestividade.

# 6. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (Lei 12.016/09 e CF, art. 105, II, "b")

**Fato:** No caso concreto, a parte impetrante foi intimada da decisão que denegou a segurança em [INSERIR DATA] (id XXXXX), sendo o prazo para interposição do recurso ordinário de 15 (quinze) dias úteis, conforme analogia ao art. 1.003, §5º, do CPC e art. 30 da Lei 12.016/09. O recurso foi protocolado somente em [INSERIR DATA], ultrapassando o prazo legal e revelando a sua intempestividade.

**Direito:** A legislação processual estabelece prazos específicos para a interposição de recursos, cuja contagem se inicia a partir da intimação ou publicação da decisão recorrida, sendo incumbência do recorrente comprovar a sua tempestividade no momento da interposição. O cumprimento do prazo recursal constitui requisito extrínseco de admissibilidade, e sua inobservância configura vício objetivo e insanável. A jurisprudência pacífica dos tribunais superiores reconhece que a intempestividade obsta o conhecimento do recurso, independentemente do exame do mérito.

**Tese:** A interposição de recurso fora do prazo legal acarreta sua inadmissibilidade por manifesta intempestividade. Trata-se de pressuposto objetivo de admissibilidade recursal, cuja inobservância impede o conhecimento

do recurso e inviabiliza sua regularização posterior. Ausente justo motivo legalmente reconhecido, impõe-se o reconhecimento do vício e a extinção da via recursal eleita

**Fundamentação:** O sistema recursal vigente impõe rigor quanto ao respeito aos prazos legais como condição de efetividade e estabilidade das decisões judiciais. A intempestividade é vício objetivo e insuscetível de correção. A eventual ausência de justo impedimento ou causa suspensiva ou interruptiva reconhecida nos autos reforça o não cabimento da medida processual interposta fora do prazo legal.

**Parecer:** Pelo não conhecimento do recurso, ante a manifesta intempestividade, com o consequente trânsito em julgado da decisão recorrida.